

PSICOLOGIA, PRODUÇÃO SUBJETIVANTE E MODOS POLÍTICOS: PISTAS CONCEITUAIS DA TEORIA ATOR-REDE

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

RESUMO

Este trabalho é uma tentativa de compreensão dos processos de subjetivação (e seus efeitos políticos) envolvidos nos modos de conhecimento dos saberes psi. Para tal, será levantado um conjunto de definições quanto à subjetividade e a seus modos de produção. Em seguida, serão analisadas as contribuições sobre o tema por parte da teoria ator-rede. Mais adiante, serão tomadas dessa teoria algumas diretrizes para possíveis estudos sobre modos de subjetivação engendrados pelos saberes e práticas psi. De modo mais específico, serão trabalhadas as formas com que as pesquisas psi engendram mundos e sujeitos por meio de políticas ontológicas específicas, gerando formas extorsivas ou recalcitrantes de articulação. É nesse aspecto que será feita a discussão dos modos políticos dessas formas de subjetivação.

SUBJETIVIDADE • PSICOLOGIA • TEORIA ATOR-REDE • HISTÓRIA •
POLÍTICA

PSYCHOLOGY, SUBJECTIVITY PRODUCTION AND POLITICAL MODES: CONCEPTUAL CLUES FROM THE ACTOR-NETWORK THEORY

ABSTRACT

This study aims to understand the subjectivation processes (and their political effects) concerning the modes of psi knowledge. In order to do that, some definitions about subjectivity and its production processes are proposed. After this, the Actor-Network Theory contributions on the subject will be analyzed. Furthermore, this theory will provide guidelines for the study of the subjectivation modes based on the psi knowledge and practices. More specifically, this study will assess the ways the psi studies create words and subjects, through specific ontological policies, producing recalcitrants or extortives modes of articulations. The political discussion of these modes of subjectivation will be based on that.

SUBJECTIVITY • PSYCHOLOGY • ACTOR-NETWORK THEORY •
HISTORY • POLICY

PSICOLOGÍA, PRODUCCIÓN SUBJETIVANTE Y MODOS POLÍTICOS: PISTAS CONCEPTUALES DE LA TEORÍA ACTOR-RED

RESUMEN

Este trabajo es un intento de comprender los procesos de subjetivación (y sus efectos políticos) involucrados en los modos de conocimiento de los saberes psi. Para ello, se planteará un conjunto de definiciones en lo que se refiere a la subjetividad y sus modos de producción. En seguida se analizarán las contribuciones sobre el tema por parte de la teoría actor-red. A continuación se retirarán de tal teoría algunas directivas para posibles estudios sobre modos de subjetivación engendrados por los saberes y prácticas psi. De modo más específico, se trabajarán las formas con que las investigaciones psi generan mundos y sujetos por medio de políticas ontológicas específicas, produciendo formas extorsivas o recalcitrantes de articulación. En dicho aspecto se llevará a cabo la discusión de los modos políticos de tales formas de subjetivación.

SUBJETIVIDAD • PSICOLOGÍA • TEORÍA ACTOR-RED • HISTORIA •
POLÍTICA



TRABALHO A SER AQUI APRESENTADO É UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DOS processos de produção de subjetividade (e seus efeitos políticos) envolvidos nos modos de conhecimento dos saberes psi. Para isso, será levantado um conjunto de definições quanto à subjetividade e à produção de subjetividade. Em seguida, serão analisadas as contribuições sobre o tema por parte da teoria ator-rede¹ – TAR. Mais adiante, serão tomadas dessa teoria algumas diretrizes para possíveis estudos sobre modos de subjetivação engendrados pelos saberes e práticas psi. De modo mais específico, serão trabalhadas as formas com que as pesquisas psi engendram mundos e sujeitos por meio de políticas ontológicas específicas, gerando formas docilizantes (e extorsivas) ou recalitrantes de articulação. No primeiro caso, haveria uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta esperada, sem qualquer risco. No segundo, haveria uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e de colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Isso apontaria o entendimento de que os diversos modos de conhecimento científico não conduzem politicamente somente a uma realidade delgada e uniforme, mas se espessam na realização de diversos mundos possíveis.

DEFINIÇÕES INICIAIS

De início serão estabelecidas algumas definições preliminares. Seria possível compreender a subjetividade, ao menos para muitos de nós, ocidentais, como um suposto domínio da realidade que está demarcado em oposição a uma dimensão externa (supostamente objetiva ou natural), constituindo um domínio interno, pessoal e centrado em um eu potencialmente autorreflexivo (mesmo que, desde o século XIX, haja suspeita de fortes contornos inconscientes) e submetido a leis e princípios supostamente universais, que permitem um conhecimento verdadeiro desse domínio.

Contudo, seria possível outra definição: essa dimensão subjetiva não será aqui considerada como um patrimônio inalienável de nossa natureza humana, mas sim construída através de práticas e dispositivos contingentes ao sabor da história. Supor sua realidade como construída não implica denunciá-la como ficção, mas entendê-la como verdadeira, uma vez que produzida. Essa posição será diferente tanto de um realismo mais tradicional (a verdade de nossa subjetividade como a revelação de uma natureza interna), quanto de um construtivismo crítico (a construção de nossa subjetividade como um mero aspecto ficcional); aqui será defendido o construtivismo realista proposto por Latour (2002). Nessa perspectiva, quanto mais uma entidade é construída, mais real e estável ela se torna.

¹ Como o leitor pode imaginar, este trabalho passou pelo crivo de avaliadores que bem caracteriza o processo editorial de periódicos no Brasil e em boa parte dos países do mundo. No entanto, aqui, como em várias outras avaliações, surge sempre uma questão recorrente: por que o autor utiliza tal abordagem (aqui no caso, a TAR) e não outras como a, b, c, etc.? O que posso dizer de modo mais direto é que a entendo como interessante na discussão dos modos políticos envolvidos na produção de conhecimento por parte da TAR (e por essa razão tal será minha perspectiva). Além disso, trata-se de um direito e mesmo uma necessidade que o autor escolha e explicita suas perspectivas e ferramentas conceituais. Se ainda assim o leitor ou o parecerista deseja buscar uma referência que trabalhe com outros autores na definição de produção de subjetividade, indico um texto em que pude me debruçar sobre o tema (FERREIRA, 2011). O que me soa intrigante, contudo, é a recorrente pergunta dos pareceristas, uma vez que sabemos que os artigos têm um limitado número de páginas para definir suas perspectivas, apresentar um campo de investigações e suas conclusões, sem espaço óbvio para considerar todas as possibilidades doutrinárias. Uma hipótese é que talvez com isso os pareceristas imaginem demonstrar um variado manejo conceitual, mas com pouca utilidade no aprimoramento dos artigos em questão. Outra hipótese ainda é o diálogo com uma autoria ideal na qual somente eles poderiam desenvolver o trabalho com os demais autores. Uma estratégia bastante autocentrada que também não ajuda muito. O que seria importante – verificar se os autores são coerentes com suas perspectivas – poucas vezes é considerado.

Assim, em vez de falar de “subjetivo” num sentido substantivo ou adjetivo, será discutida a produção de subjetividades em sentido processual, apontando as múltiplas formas com que se desencadeiam processos de subjetivação. Nesse ponto, é importante considerar nossas subjetividades como efeito de práticas, agenciamentos, dobras, amálgamas de termos heterogêneos em composição (mas também em conflito e muitas vezes em atrito) e através de dispositivos sociotécnicos, discursos e práticas de governança de si e de outros, sem os quais nossa experiência de subjetividade poderia ser totalmente outra, ou mesmo nem existir. Essa seria, então, outra marca de nossa subjetividade como domínio existencial: ela é contingente ou mesmo rara no sentido estabelecido por Veyne (1982): ela não seria o desdobramento de um suposto objeto original (em suas múltiplas manifestações), nem teria qualquer garantia quanto a sua perseverança futura. Seu caráter sólido atual viria da contingência de acontecimentos históricos raros. Como experiência rara, nossa subjetividade pode vir a desaparecer como um rosto desenhado na areia, dissolvido por uma onda do mar (FOUCAULT, 2002, p. 536). Na sequência, algumas pistas dessa demarcação da subjetividade em termos processuais serão buscadas na TAR e, mais especificamente, em alguns textos de Bruno Latour.²

A TEORIA ATOR-REDE DE LATOUR E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A TAR está em conexão com muitos campos discursivos: antropologia, sociologia, filosofia, história, epistemologia, etc. Contudo, de modo mais específico, ela se articula a um campo que se constitui em sua própria formação: a área CTS (ciência, tecnologia e sociedade). Essa área, estabelecida a partir dos anos 1970, situa-se no espaço vazio entre a antiga divisão entre as ciências sociais e a história geral (que abordavam as atividades humanas em geral, deixando intactas as atividades científicas) e um discurso epistemológico (que detinha a exclusividade no trato das práticas científicas, abordando-as de modo evolutivo). Buscando superar esse “muro de Berlim” entre o mundo das verdades científicas e a pluralidade das práticas sociais, o domínio foi constituído por algumas abordagens como o programa forte da Escola de Edimburgo (D. Bloor), a pós-fenomenologia (D. Ihde) e a própria TAR (dentre outras).

Embora a TAR enquanto abordagem seja encampada por autores como Callon, Law (2004), Mol (2002) e outros, a ênfase inicial nesta apresentação será o trabalho de Latour. Para Latour (1999), a própria designação da TAR como *teoria* não seria o mais adequado. Melhor seria considerá-la como um modo de descrição de diversos temas, sem recorrer a grandes categorias e dualidades tradicionais como verdade e erro (já consideradas pela Escola de Edimburgo), natureza e sociedade,

2 Novamente, o parecerista entra em cena suscitando que seja demonstrado o processo de produção de subjetividades. Eu poderia dizer que esse não é o objetivo do artigo, mas sim discutir os modos políticos de produção de subjetividade (tomando-a como existente) nos dispositivos psi. Decidir se a subjetividade é algo dado como um processo universal ou se é produzida não é questão consensualmente acordada no campo das ciências humanas, sociais e da vida. Contudo, o processo de produção de subjetividades possui consistente referência na história das mentalidades (DUBY, 1989; LE GOFF, 1988, 1993), na sociologia do indivíduo (DUMONT, 1993; ELIAS, 1990, 1994), na psicologia histórica (MEYERSON, 1948; VERNANT, 1972), na etnopsiquiatria (NATHAN, 1996) e na etnopsicologia (DESPRET, 1999). Embora em alguns campos das neurociências, psicologia e filosofia da mente (ver PIATELLI-PALMARINI, 1985) ainda persista a busca pelos universais de nossa subjetividade, esta tende a se concentrar em poucos e específicos processos. Creio que, hoje em dia, demonstrar que há uma subjetividade (ou parte dela) governada por princípios universais é um processo mais laborioso que considerar sua fabricação em distintos agenciamentos históricos e locais.

sujeito e objeto, modernos e primitivos. Essa rejeição a grandes entidades aponta o exame detalhado do processo de constituição e estabilização de entidades dentro de um coletivo sociotécnico heterogêneo, através de quase-sujeitos e quase-objetos. Ou, em termos latourianos, *fe(i)tiches* (2002) ou híbridos (1994).

Dentro dessas referências, podemos dizer que, em geral, a TAR (e especialmente Latour) considera a questão da subjetividade de uma forma negativa, como parte de uma divisão moderna, tal como pode ser visto em *Jamais fomos modernos* (1994) e *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches* (2002). Neste livro, em específico, a psicologia é posta em causa, como grande herdeira, juntamente com a epistemologia, da separação moderna entre subjetividade e objetividade. Divisão que atuaria como uma bomba de sucção, atraindo os entes para cada um desses polos de purificação (subjetivos e pessoais ou objetivos e reais).

De modo mais positivo, é possível levar em conta as considerações de Latour sobre o corpo em *Como podemos falar sobre o corpo?* (2004). Aqui, o corpo não pode ser definido por “uma essência, uma substância, mas... uma *interface* que se torna cada vez mais descritível quanto mais ele aprende a ser afetado por vários elementos” (LATOURE, 2004, p. 205). Como exemplo desse poder de ser afetado, Latour considera a aprendizagem de especialistas da indústria de perfume (também chamado de “narizes”) por meio de um *kit* equipado com odores com os quais, depois de um tempo de treinamento, os aprendizes seriam capazes de fazer distinções inteiramente novas. Para o autor, esse aprendizado não se daria apenas na aquisição de uma habilidade por um corpo natural, mas em sua construção recíproca com o mundo: “adquirir um corpo é, então, uma empresa progressiva que produz, de uma vez, um meio sensorial e um mundo sensitivo” (LATOURE, 2004, p. 207). Seria esse corpo articulado que permitiria o conhecimento do mundo (e de outros corpos) para coproduzir-se com este, registrando diferenças de novos modos e ampliando os contrastes entre os fenômenos anteriormente tomados como homogêneos: “articulação não significa falar com autoridade... mas ser afetado por diferenças” (LATOURE, 2004, p. 210).

De maneira ainda mais direta, podemos encontrar a reflexão sobre a composição da subjetividade em comparação com os *plug-ins*, como faz Latour em *Reagrupando o social* (2008). Aqui, o autor está discutindo a possibilidade de abordar o social em uma suposta forma mais pura, no encontro face a face entre as pessoas. Mas, para Latour, mesmo as habilidades psicológicas supostamente mais puras, sejam afetivas ou cognitivas, não seriam entidades naturais das pessoas, mas seriam incorporadas, da mesma forma que um *plug-in* é instalado em um computador. Todo o material constitutivo dessas habilidades circula, encontra-se distribuído em uma série de materialidades e práticas, que constituem os *psicomorfos*, que são os formadores de nossa subjetividade. Assim, da

mesma maneira que os romances e as telenovelas podem ser constitutivos de nossas afecções, as técnicas de cálculo podem ser geradoras de nossas formas cognitivas.

Talvez esse modelo de subjetivação por meio de *plug-ins* seja um tanto simplificado: da mesma forma que para Latour a realidade objetiva se produz por meio de amplas controvérsias, a produção de realidade subjetiva é, certamente, um processo tão ou mais instável e conflitante. O que torna a TAR interessante neste caso, mais do que sua doutrina estrita, é a possibilidade de uma proposta mais radicalmente construtivista e controversa na produção de subjetividade.

Essa composição plural e *friccional* poderia nos ajudar a pensar, por exemplo, como algumas das atuais categorias psicopatológicas são constituídas por dobras conflitantes. Um caso plausível seria o da atual epidemia de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH. Em vez de uma causa neurológica, é possível pensar aqui no conflito de agencialidades ou dispositivos de atenção, oriundos de práticas diferentes. Assim, é possível ter aqui o conflito entre *plug-ins* ou diferentes programas de atenção, como os de concentração estimulados pela escola e a dispersão favorecida por dispositivos técnicos como os jogos de videogame e a TV a cabo. Aqui teríamos, por exemplo, o conflito entre as práticas de atenção-foco e uma atenção-zapeada.

PRODUÇÃO DE MUNDOS E MODOS DE PESQUISA

Dentro dessa abordagem processual, construtiva e realista ao mesmo tempo, e aberta à controvérsia, como então podemos pensar em formas de conhecimento de nossos modos de produção de subjetividade? Dentro do quadrante das escolhas conceituais do presente texto, é controverso falar de metodologia, entendendo-a como um conjunto de regras de pesquisa a serem aplicadas e com resultados previamente garantidos. Melhor, no caso, seria falar de estratégias metodológicas, abarcando uma dimensão de risco e com uma ampla margem de negociação entre os diversos atores (quase-sujeitos; quase-objetos) articulados na pesquisa. Pôr em questão a vinculação entre modos de pesquisa e regras não implica uma ausência de orientações. Para isso, tentaremos reportar a algumas apostas congruentes à TAR. Esta se destaca por produzir estudos e reflexões bem detalhados sobre os modos políticos de produção de diversos tipos de conhecimento científico. Neste caso, ela será ampliada com os trabalhos de Annemarie Mol e John Law, além da epistemologia política – EP – de Isabelle Stengers e Vinciane Despret.

Um interessante ponto de partida é o princípio de simetria proposto por David Bloor, posteriormente ampliado por Michel Callon e pelo próprio Latour (1997b). Para Bloor, a marca de um programa forte em sociologia da ciência envolve analisar de acordo com as mesmas

causas sociais os saberes reconhecidos como verdadeiros e os saberes tomados como falsos. Não haveria, pois, qualquer concessão de privilégio à ciência estabelecida, como fariam as antigas abordagens em sociologia da ciência (notadamente a de Robert Merton). Contudo, na perspectiva de Latour e Callon, o programa forte de Bloor inverteria a suposta determinação natural do conhecimento por uma sobredeterminação social, coroada pelo saber sociológico. Na tentativa de evitar qualquer reducionismo prévio (natural ou social), é que esses autores acabam postulando a simetria entre entes humanos (ou sociais) e naturais numa produção heterogenética dos diversos modos de conhecimento. É dessa forma que serão buscadas as redes em que diversos atores (humanos e não humanos) atuam na produção de entidades objetivas e subjetivas. Assim, tanto a TAR quanto a EP recusam qualquer tomada diferencial entre conhecimento científico e não científico, humano e natural, pondo em questão qualquer processo assimétrico de evolução ou salto epistemológico.

Contudo, as contribuições singulares desse grupo não se interrompem nesse ponto. À diferença de algumas teses epistemológicas consagradas (como o positivismo lógico e mesmo o falsificacionismo), não haveria qualquer suposição do conhecimento como o enlace representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas a ser progressivamente configurado. Aqui, o conhecimento científico se constitui nos marcos de uma *performance* plural na articulação e na coafetação entre diversos atores e na produção inesperada de efeitos, permeada por controvérsias. O que faz que o conhecimento científico estabilizado, supostamente representante da natureza, seja efeito de uma série de polêmicas, depurações e negociações. Mais do que qualquer racionalidade, é nesse jogo errante e plural no intercurso entre diversas entidades que as ciências produzem ilhas de estabilidade. Portanto, o trabalho histórico aqui implica a superação de toda assimetria entre conhecimento comum e científico (presente, por exemplo, no conceito de corte epistemológico), de qualquer concepção representacional (dada na aproximação ideal de um modo de saber depurado) e de qualquer tendência inerente à unificação do conhecimento, em detrimento de seus modos de articulação múltiplos e controversos.

Se o conhecimento científico não poderia mais ser distinto em termos de uma boa e uma má representação, supondo um termo externo de avaliação (como supõem as epistemologias tradicionais), como poderia ser avaliado? Por modos específicos de conexão entre as entidades, numa análise microfísica dos modos de articulação. E o que caracterizaria as boas e as más articulações? No primeiro caso, haveria uma situação em que a articulação entre as diversas entidades é extorquida ou condicionada a uma resposta esperada, sem qualquer risco. No segundo, haveria uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das próprias questões

e proposições do pesquisador e de colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Esta seria uma relação de recalcitrância. Isso apontaria para o entendimento de que o conhecimento científico não conduz a uma realidade delgada e uniforme, mas se espessa no desdobramento virtual de diversos mundos possíveis.

Daqui decorre uma marca singular tanto da TAR quanto da EP no que diz respeito à multiplicidade dos saberes científicos. Quando se fala em multiplicidade, não estão em questão as várias ontologias regionais produzidas pelos diversos modos de conhecimento, tais como reconhecidas pelo racionalismo aplicado de Bachelard e Canguilhem e pelo paradigmatismo de Kuhn. De modo mais específico, todas essas abordagens epistemológicas (incluindo o positivismo) identificam o limiar de cientificidade à unificação de regiões de conhecimento, seja via conceito de projeto e sua racionalidade (racionalismo aplicado), seja por meio da noção de paradigma (paradigmatismo). De modo diverso, tanto para a TAR quanto para a EP, a multiplicidade é tomada num sentido mais positivo. Referindo-se especialmente à EP, Latour (2004, p. 220) destaca essa tomada positiva: “a generalização deve ser o veículo para se viajar através do maior número de diferenças possíveis – então maximizando as articulações – e não uma forma de diminuir o número de versões alternativas do mesmo fenômeno”. Isso inverte completamente certas críticas ao estatuto científico da psicologia, dada sua pluralidade, como a estabelecida por Canguilhem (1973).

De modo semelhante, Mol (2002) e Law (2004) tomam a multiplicidade em um sentido positivo para diversos dispositivos científicos e técnicos a partir de sua concepção de *políticas ontológicas*. Para esses autores, mais do que representarem uma realidade pré-dada de diferentes perspectivas, as diversas práticas científicas produzem (*to enact*) mundos distintos (múltiplos) sem qualquer unidade última (singularidade), mas também não inteiramente desarticulados (pluralidade). É aqui que se faz a especificidade do termo multiplicidade: ela não seria uma anomalia perante um mundo único e singular, tal como conceberia a metafísica euro-americana³ (LAW, 2004, p. 25), nem apontaria uma pluralidade de eventos sem vínculo: “Nós estamos em um mundo em que corpos, ou organizações, ou máquinas são mais que um e menos que muitos. Algo no entre” (LAW, 2004, p. 62).

Um exemplo dessa multiplicidade performada pode ser encontrado no estudo de Mol (2002) sobre a arteriosclerose. Esta não seria entendida como um estado patológico inerente ao corpo a ser representado de diferentes perspectivas (no laboratório ou em exames clínicos). Cada uma dessas práticas científicas performa (*to enact*) um modo de arteriosclerose, uma realidade patológica que não necessariamente se recobre, mas que também não é absolutamente disjunta. Daí o termo *políticas ontológicas*, pois cada método, cada prática científica, artefaz

3

Por metafísica euro-americana, John Law (2004, p. 24-26) está se referindo aos pressupostos comuns aos modos de conhecimento científico majoritários, como os da anterioridade e independência da realidade a ser representada, além de sua definitividade, singularidade e universalidade.

uma determinada realidade dentre outras possíveis. O que, no jogo com as demais práticas científicas, constitui um multiverso: mais que um e menos que muitos.

DISPOSITIVOS DE PESQUISA PSI E MODOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Como avaliar os modos de articulação das diversas redes presentes no conjunto dos saberes psi? É de início notável a diversidade de políticas ontológicas presentes entre as diversas psicologias, expressas em suas múltiplas capacidades de fabricar sujeitos, “eus artificiais” (LATOUR, 1998). Seja na divulgação de seu saber, seja nos modos de abordagem, diagnóstico e nas próprias atividades de pesquisa. Como visto anteriormente, esse aspecto produtivo, seja de mundos ou de subjetividades, não é concebido para a TAR (e para a EP) como um resto parasitário, mas como um aspecto próprio da produção de conhecimento. O problema nos saberes psi é que, de forma muito frequente, faz-se presente um modo de produção embasado na extorsão de seus testemunhos (STENGERS, 1989); não apenas pelo modo como as tarefas são demandadas, mas especialmente pela forma como esses testemunhos se colocam, raramente apresentando problemas ou questões. Essa ideia é consoante com a distinção operada entre a frequente obediência e docilidade à autoridade científica dos seres humanos em oposição à recalcitrância dos seres não humanos proposta por Latour (2004, p. 217):

Contrário aos não-humanos, humanos têm uma grande tendência, quando colocados em presença de uma autoridade científica, a abandonar qualquer recalcitrância e se comportar como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos “científicos” robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais.

Para Latour (1997a, p. 301), as ciências humanas só se tornariam realmente ciências não se imitassem a objetividade das ciências naturais, mas sua possibilidade de recalcitrância. Em outras palavras, podemos dizer que o grande problema da psicologia não é sua capacidade de influir ou produzir sujeitos, mas seu modo de produção ao extorquir/docilizar o testemunho destes, inibindo as possibilidades de recalcitrância. Com isso, ao buscar a “objetividade das ciências naturais”, frequentemente extorque seus pesquisados, produzindo, assim, subjetividades padronizadas.

Como podemos entender isso de modo detalhado nas estratégias de investigação psi? Como destaca Despret (2004), muito da história dos

métodos psicológicos pode ser contado como a passagem de um *design* em que os pesquisados deveriam ser *experts* treinados (como ocorre nos primeiros laboratórios psicológicos no final do século XIX e início do século XX) para outro em que os participantes deveriam ser privados de qualquer informação sobre as metas, as questões, os recursos e as hipóteses da pesquisa, a fim de não influenciá-los. Despret (2004) aponta que, nesse aspecto, os investigados passam de *experts*, com uma importância por vezes maior que a dos experimentadores, para um espaço de desconhecimento e ingenuidade, em que eles podem ser “qualquer um”. Detalhemos o contraste.

Nos modelos de investigação dos primeiros laboratórios de psicologia, como nos lembra Despret (2004, p. 62), as funções de experimentador e de sujeito eram perfeitamente intercambiáveis. Inclusive este último tinha uma designação completamente distinta: era chamado de observador, por vezes recebendo uma designação ainda mais específica, conforme a função realizada – reator, discriminador, etc. (DESPRET, 2004, p. 63).⁴ De mais a mais, o papel do observador era avaliado como mais complexo que o de experimentador, supondo até mesmo um maior desgaste: Wilhelm Wundt (considerado pelos historiadores da psicologia como o fundador institucional desse modo científico de produção de conhecimento), na maior parte de seus experimentos, teria feito o papel de observador. É digno de nota que os observadores inclusive assinavam como autores principais os trabalhos publicados (DESPRET, 2004, p. 64). Em poucas palavras, a formação do observador “se constituía como uma técnica de si sobre si, como uma *expertise* na formação de si: a vontade, a atenção, o controle do corpo, a clivagem da consciência” (DESPRET, 2004, p. 96). Praticamente uma verdadeira “técnica de si” de cunho experimental, no sentido que Foucault (1984) postula.

Esse modo de produção de testemunhos psicológicos sofre na sequência tipos de problematização bem distintos, mas que conduzem a uma redefinição dos testemunhos psicológicos. Despret (2004) analisa essa passagem em um dispositivo bastante específico: aquele desenvolvido pelo psicólogo austríaco Oskar Pfungst na primeira década do século XX para estudar o cavalo Hans, que possuía a excepcional capacidade de responder com batidas de suas patas a operações matemáticas. A fim de evitar hipóteses relativas a estados paranormais e de recusar qualquer atribuição de uma capacidade cognitiva superior ao animal, Pfungst explora a possibilidade de que a solução de problemas poderia se dever a algum sinal inconscientemente enviado pelo proponente das questões ao cavalo. Na busca desse possível sinal, Pfungst introduz inicialmente no dispositivo um novo tipo de participante, que desconhece a questão ou o que foi proposto ao cavalo como problema. Observando os erros nas respostas do cavalo neste caso, o psicólogo austríaco parte para a pesquisa do possível sinal emitido pelos presentes, encobrendo sistematicamente

⁴ Segundo Despret (2004, p. 63), o uso do termo “sujeito” traduziria uma assimetria quanto à especialização e aos papéis desempenhados entre experimentador e experimentado. Ele viria da tradição da psicologia experimental francesa (importado do campo da cirurgia médica) e refletiria um tipo de pesquisa realizado em torno da hipnose, contando com a total passividade do experimentado.

partes de seus corpos. Após algumas variações, Pfunst supõe que, próximo da resposta esperada, os participantes realizariam um sutil deslocamento postural na ordem de milímetros. Levando essa ideia adiante, o psicólogo austríaco inclusive simula o papel do cavalo, convocando os participantes (que desconhecem sua hipótese) a pensarem em um número o qual ele adivinharia (o que realiza frequentemente). Ainda que Pfunst realizasse vários exercícios introspectivos (como era próprio do treinamento dos psicólogos na época), ele é um dos primeiros a introduzir nos laboratórios de psicologia sujeitos que desconhecem o artefato em questão.

A presença do dispositivo “sujeito ingênuo” irrompe em outros domínios, como nas escolas gestaltista e behaviorista (ver FERREIRA, 2012). A ascensão desse dispositivo parece, a princípio, o trunfo de uma psicologia mais objetiva e sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um referencial teórico sobre as reações autênticas de seus testemunhos. Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalitrância nos testemunhos psicológicos, bastante rara, se torna mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes colocados na posição de “ingênuos”. Aqui teríamos uma reversão com relação à maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não seria um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas e limitadoras com relação a seus testemunhos: “Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações” (DESPRET, 2004, p. 97). É nesse pacto que se fundariam muitas das pesquisas psicológicas. E assim se evitariam outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (DESPRET, 2004, p. 100).

Contudo, esse dispositivo não garantiria uma posição de deradeira ingenuidade por parte dos testemunhos psicológicos: apenas uma posição ambivalente destes, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconde. Para tal, Despret (2004, p. 99) destaca como exemplar desse quadro um dos experimentos mais emblemáticos na produção de “sujeitos ingênuos”: o relativo à obediência à autoridade realizado por Stanley Milgram (1988).⁵ Nessa investigação, os participantes convidados são lançados em uma situação em que tudo se assemelha a um experimento comum sobre aprendizagem: os dólares pagos pela participação, uma sala na prestigiosa universidade de Yale, um participante a ser testado e a presença do cientista afixando as operações ali existentes. Dentre tais operações, uma se destaca por sua estranheza: a tarefa demandada pelo pesquisador de que o pesquisado dê uma carga elétrica no outro participante a ser testado a cada equívoco seu, aumentando essa carga conforme o número

5

O parecerista (e talvez algum leitor mais cioso de recenticidade) solicita um exemplo mais recente. Uma vez que o que está sendo discutido são os modos políticos de subjetivação, creio que a antiguidade/novidade do exemplo não é o mais interessante, mas os jogos de poder desempenhados no dispositivo. Daí a importância do experimento de Milgram e do apelo que estes autores (como Despret e Latour) fazem a ele. Mas se ainda assim imperar a demanda pelo novo, indico a retomada e a discussão que Despret (2011) faz do experimento de Valins (1966).

de erros. A constituição do dispositivo produtor de sujeitos ingênuos se dá não apenas nos diversos engodos do experimento (a inexistência de qualquer carga elétrica e a identidade do outro participante como um ator que simula problemas cardíacos a cada suposta carga), mas na ocultação dos objetivos: saber até onde os participantes seguiriam na obediência à autoridade do cientista. Os resultados iniciais apontaram que, sob o estímulo do cientista, 65% de tais “sujeitos ingênuos” chegaram até a administração da carga-limite de 450 volts (mesmo com muitas hesitações).

Como os participantes tornados ingênuos tomaram o experimento e a própria ingenuidade a que foram submetidos? Aqui devemos destacar dois aspectos relacionados às entrevistas feitas *a posteriori* aos participantes: 1) 84% sustentaram que estavam “contentes” ou “muito contentes” de haver participado do experimento e 15% declararam que lhes era indiferente; 2) muitos observaram que havia algo estranho no experimento, especialmente dado que um cientista de Yale não poderia sustentar tais práticas. Mas, como era um cientista de Yale, valia seguir até o fim. Para Despret, esses relatos apontam uma espécie de clivagem na consciência, típica das situações de confiança e desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com “uma pulga atrás da orelha”, na tentativa de entender o que se passa.

Para a autora, esse “desconhecimento” imposto ao sujeito ingênuo seria também visto como inútil e empobrecedor, pois não apenas não exclui a complacência, como evita outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (DESPRET, 2004, p. 100). Concluindo sua abordagem, Despret (2004, p. 102; tradução nossa) enuncia a alternativa para os dispositivos psicológicos: estes poderiam ser “o lugar de exploração e de criação disso que os humanos podem ser capazes quando são tratados com a confiança que se dispensa aos *experts*”. Em outras palavras, tratar-se-ia de uma possibilidade de produção de saberes psi que não buscariam mais o testemunho na adequação a uma lei universal permeada pelas reações ingênuas dos sujeitos a condições predeterminadas, mas buscaria novas versões nas formas em que podemos nos produzir sujeitos por meio do protagonismo dos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos a discussão do tema da produção de subjetividade na TAR (especialmente nos trabalhos de Latour), seguindo pela discussão dos modos de produção de conhecimento (incorporando também a EP) a fim de entender as formas políticas presentes nos dispositivos psi de investigação. Nesse percurso tanto pela TAR quanto pela EP, pudemos sustentar que a produção de subjetividades não é algo estranho para a produção de conhecimento, mas, principalmente, sua

parte integrante no que tange à articulação múltipla e híbrida de entidades diversas. O problema não reside em seu aspecto produtivo ou nas relações de poder comuns nos processos de produção de conhecimento, mas no uso da extorsão e de dispositivos docilizantes. É a partir desse ponto de vista que propomos configurar os saberes e as práticas psi: compreendidos dentro de um processo de construção de conhecimento e subjetividades que implicam aspectos políticos.

Aqui, esses modos de conhecimento podem atuar na expansão ou na redução do número de versões com que nos constituímos. No primeiro caso, estaríamos operando na mesma direção em que Foucault (1995) propunha sua ontologia histórica de nós mesmos. Assim, tais saberes e práticas poderiam operar não só padronizando e extorquindo modos de subjetivação, mas problematizando as formas mais comuns da vida e liberando outras possibilidades mais raras. Atuando, assim, na direção de modos de subjetivação e de produção de conhecimento menos ordinários e mais plurais. Sem qualquer princípio naturalizador prévio que arbitre sobre os assuntos cotidianos ou os fundamentos transcendentais de nossa existência. Pois qualquer princípio só pode se definir na articulação diferencial e múltipla de nossas versões. Majoritárias e principalmente minoritárias.

REFERÊNCIAS

- CANGUILHEM, Georges. O que é psicologia? *Tempo Brasileiro*, n. 30/31, p. 104-123, jan. 1973.
- DESPRET, Vinciane. *Ces émotions que nous fabriquent*. Etnopsychologie de l'authenticité. Le Plessis-Robinson: Synthélabo, 1999.
- _____. *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les Empecheurs de Penser en Ronde, 2004.
- _____. Dôssie Despret. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, UFF, v. 23, n. 1, p. 5-82, jan./abr. 2011. Os dispositivos experimentais.
- DUBY, Georges. O historiador hoje. In: _____. *História e nova História*. Lisboa: Teorema, 1989.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v. I.
- _____. Mudança na balança nós-eu. In: _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FERREIRA, Arthur. La experiencia de subjetividad como condición y efecto de los saberes y prácticas psicológicas: producción de subjetividad y psicología. *Estudios de Psicología*, v. 32, p. 359-374, 2011.
- _____. Jamás hemos sido ingenuos (o dócil sí, pero ingenuo jamás): un estudio sobre la constitución del sujeto ingenuo en los laboratorios psicológicos In: LOPEZ, D.; TIRADO, F. (Org.). *Teoría del actor-red: más allá de los estudios de ciencia y tecnología*. Barcelona: Amentia, 2012. p. 283-300.
- FOUCAULT, Michel. *O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. Genealogia da ética. In: DREYFUSS, H.; RABINOW, H. (Org.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- _____. Des sujets recalcitrants. *Recherche*, p. 301, set. 1997a.
- _____. *A ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 1997b.
- _____. Universalidade em pedaços. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1998. Mais!, p. 3.
- _____. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. (Org.). *Actor Network theory and after*. Oxford: Blackwell, 1999.
- _____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc, 2002.
- _____. How to talk about the body. *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 205-229, 2004.
- _____. *Reensamblar lo social*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LAW, John. *After Method*. New York: Routledge, 2004.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MEYERSON, Ignace. *Les fonctions psychologiques et les oeuvres*. Paris: Vrin, 1948.
- MILGRAM, Stanley. *Obediência a la autoridad*. Barcelona: Hora, 1988.
- MOL, Anemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- NATHAN, Thobie. Entrevista com Thobie Nathan. *Cadernos de Subjetividade*, n. 4, 1996.
- PIATELLI-PALMARINI, Massimo. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência?* São Paulo: Siciliano, 1989.
- VALINS, Stuart. Cognitive effects of false heart-rate feedback. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 4, n. 4, p. 400-408, 1966.
- VERNANT, Jean Pierre. Ébauches de la volonté dans la tragédie grecque. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre (Ed.). *Mythe et tragedie en Grèce ancienne*. Paris: La Découverte, 1972.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: _____. *Como se escreve a história?* Brasília, DF: UnB, 1982.

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
 arleal@superig.com.br